

CATALOGAÇÃO À LUBETZKY: PARA ALÉM DOS FATORES ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS

RESUMO - Trata dos aspectos fundamentais de uma catalogação racional para além de fatores econômicos e tecnológicos. Tem como objetivo analisar os estudos de Seymour Lubetzky, realizados entre 1946 e 1960, que precederam a Conferência de Paris e o estabelecimento da primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano, de modo a compreender porque estes estudos não foram considerados plenamente na elaboração de instrumentos e na prática da catalogação, ainda que apontem para uma abordagem metodológica da catalogação. Como metodologia, realiza seleção e leitura crítica de textos de Lubetzky, a fim de identificar e analisar o processo de catalogação por ele pensado e proposto. A leitura destes textos permite constatar que a catalogação, pautada nos instrumentos de catalogação que caracterizam a vertente anglo-saxã amplamente adotada em bibliotecas, apresenta incongruências que poderiam ser evitadas ou reduzidas mediante abordagem racional e fundamentada do processo. Em seguida, busca compreender a razão pela qual os estudos de Lubetzky, embora reconhecidos internacionalmente, não foram significativos no estabelecimento de instrumentos e das práticas de catalogação. Um olhar mais próximo de seus estudos indica que as abordagens desse teórico são pertinentes atualmente, o que permite afirmar que sua retomada é um caminho produtivo para a pesquisa e para a produção e revisão de regras de catalogação.

Marcelo Nair dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Biblioteconomia
Organização da Informação
marcelonair@hotmail.com

Cristina Dotta Ortega
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento Organização e
Tratamento da Informação
ortega@eci.ufmg.br

Palavras-chave: Catalogação. Regras de Catalogação. Seymour Lubetzky (1898-2003).

CATALOGING IN A LUBETZKY WAY: BEYOND THE ECONOMIC AND TECHNOLOGICAL FACTORS

ABSTRACT – This paper deals with fundamental aspects of a rational cataloging which it goes to beyond the economic and technological factors. It aims to analyze Lubetzky's studies conducted between 1946 and 1960, which preceded the Paris Conference and the first edition of the Anglo-American Cataloguing Rules, in order to understand why they were not fully considered for preparing cataloging tools and practice, yet his studies point to a cataloging methodological approach. We propose a literature review that focuses on the Lubetzky's writings in order to analyze the cataloging process which he thought. Lubetzky's writings reveal that the cataloging, which based in cataloging tools that characterize the Anglo-Saxon side widely adopted in libraries, presents inconsistencies that could be avoided or reduced by rational approach to the process. After, we seek to understand why Lubetzky's studies were not acknowledged in establishing cataloging tools and practices, although they are internationally recognized. A closer look at his studies indicates that a cataloging theoretical approach is relevant today. Moreover, we can say that his resume is a productive path for research and preparing cataloging rules.

Keywords: Cataloging. Cataloging rules. Seymour Lubetzky (1898-2003).

1 INTRODUÇÃO

O processo de descrição de documentos em base de dados, conhecido como catalogação descritiva ou simplesmente catalogação, tem como propósito representar em registro bibliográfico os elementos relativos às características que singularizam um documento, seja em sua parte, em sua unidade ou em seu conjunto.

É comum que a Catalogação¹ não seja considerada quanto aos seus fundamentos, mas explicada geralmente mediante instrumentos de catalogação, como o *Anglo-American Cataloging Rules*, 2nd edition (AACR2)², o formato MARC (2002), acrônimo de *Machine Readable Cataloging*³, e a *Resource Description and Access* (RDA)⁴, vista como substituta do AACR2. Para a concepção da RDA, foram incorporados à estrutura do AACR2 os Modelos *Requirements for Bibliographic Records* (FRBR)⁵, os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD)⁶ e os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD)⁷. Além disso, salvo exceções, a literatura de Catalogação é composta marcadamente por manuais ou textos referentes ao uso desses instrumentos, em detrimento de textos que privilegiem fundamentos norteadores do processo, particularmente no Brasil.

Os Modelos supracitados têm motivado a pesquisa em Catalogação porque eles tratam do processo de modo mais consistente. Porém, a Catalogação não pode estar orientada apenas por estes Modelos, visto que precisa ser fundamentada de modo racional e metodológico, independentemente de modelos ou regras propostos circunstancialmente. As discussões em Catalogação historicamente giram em torno da reestruturação dos

¹ Grafamos a área como substantivo próprio para designá-la enquanto fundamentos teórico-metodológicos, em contraponto ao substantivo comum que designa os processos de produção de descrição bibliográfica e pontos de acesso. Essa distinção estende-se a casos similares.

² Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª. ed. (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004).

³ Catalogação Legível por Máquina.

⁴ Recursos: descrição e acesso (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2011).

⁵ Requisitos Funcionais dos Registros Bibliográficos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009b).

⁶ Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009a).

⁷ Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2010).

registros em catálogo decorrente de mudanças tecnológicas e em fatores econômicos, e menos da reestruturação fundamentada em princípios sólidos.

Outro resultado esperado da busca por uma catalogação mais coerente seria a eliminação de procedimentos conflitantes. Como exemplo, nos termos do AACR2, temos o caso da aplicação do título uniforme, que é usado simultaneamente como dispositivo de identificação, de diferenciação ou de colocação, conforme definição proposta no apêndice D desse Código:

1. Um determinado título sob o qual uma obra pode ser identificada para fins de catalogação. 2. Um determinado título usado para distinguir o cabeçalho de uma obra do cabeçalho para uma obra diferente. 3. Um título coletivo convencional utilizado para agrupar as publicações de um autor, compositor ou entidade, compreendendo diversas obras, ou extratos etc. de diferentes trabalhos (p. ex., obras completas, diversas obras em determinada forma literária ou musical). (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, p. D-15).

‘Identificação’ e ‘diferenciação’ são funções correlatas, contudo ‘colocação’ refere-se a grupos de obras publicadas dentro de um ou mais documentos, sob termos como obras, seleções, contos, correspondência, ensaios, romances, discursos, poemas, obras em prosa, peças de teatro etc.

Ademais, o AACR2 (2004) reconhece que a necessidade de se usar o título uniforme pode variar de um catálogo para outro, inclusive dentro do mesmo catálogo. A decisão sobre seu emprego deve ser feita de acordo com as seguintes condições,

1) o quanto a obra é conhecida || 2) quantas apresentações da obra estão envolvidas || 3) se outra obra com o mesmo título principal foi identificada [...] || 4) se a entrada principal é pelo título [...] || 5) se a obra apareceu originalmente em outra língua || 6) o quanto o catálogo é usado para fins de pesquisa. (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, regra 25.1).

A aplicação do título uniforme é facultativa, do que decorre que, “[...] embora as regras deste capítulo estejam apresentadas como instruções, aplique-as de acordo com a política da entidade catalogadora” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, regra 25.1). Essa orientação torna o título uniforme um tipo de elemento ‘adormecido’ dentro do AACR2 (WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 379), por isso, Shinebourne (1979, p. 234)

critica tais regras enunciadas por expressões como “de acordo com a política da entidade catalogadora” ou “com as necessidades da agência catalogadora” porque elas são inadequadas à descrição. Certamente o uso de regras deve subordinar-se a uma política local de catalogação, no entanto, o problema é que a regra 25.1 não apresenta princípios que orientam o estabelecimento de uma política local para o título uniforme.

A diversidade de propósitos (identificação, diferenciação ou colocação), as condições de empregabilidade e a subordinação a uma política local de catalogação (as duas últimas assinaladas na regra 25.1 do AACR2) levaram à aplicação desigual do título uniforme em diferentes bibliotecas (WEIHS; HOWARTH, 2008, p. 367).

Esses fatos indicam que a prática da catalogação deve ser repensada, pois é necessário evitar que os instrumentos desse processo se tornem enigmáticos, cheios de minuciosidades, detalhismos e preciosismos, portanto, distanciados do usuário de informação (LINARES, ano apud FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 303). Diante desse cenário, questionamos: em catalogação, tais incongruências poderiam ser evitadas ou, ao menos, reduzidas?

Em termos conceituais, Seymour Lubetzky foi reconhecido internacionalmente por seus estudos teóricos em Catalogação, pois esses estudos indicaram caminhos mais racionais para a realização do processo, possibilitando torná-lo mais consistente.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar os estudos críticos de Lubetzky em Catalogação, realizados entre 1946 e 1960, que precederam a Conferência de Paris e o estabelecimento da primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano, de modo a compreender porque seus estudos não foram considerados plenamente na elaboração das regras e na prática da catalogação, ainda que apontem para uma abordagem metodológica da catalogação. Como metodologia, realizamos a leitura de textos de Lubetzky a fim de identificar e analisar o processo de catalogação por ele pensado.

2 OS ESTUDOS DE SEYMOUR LUBETZKY

Os estudos de Seymour Lubetzky (2001), judeu da Europa Oriental de nascimento⁸ e estadunidense por adoção, contribuíram significativamente para a Catalogação, a ponto de Gorman (2000, p. 6) sustentar que sua influência é comparável à de Antonio Panizzi, Charles Jewett e Charles Cutter. Um ano depois de se mudar para os Estados Unidos em 1927, Lubetzky matriculou-se na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA) onde se formou em Alemão, com formação secundária em Francês, Psicologia, Música e Educação. Em seguida, foi para *UC Berkeley* (Universidade da Califórnia, *campus* Berkeley), onde obteve o certificado em Biblioteconomia (1934). Seu destino como professor de línguas e literatura não se concretizou⁹, mas a sua formação contribuiu para as futuras atividades que desenvolveria em Catalogação, especialmente em discursos e na escrita de suas ideias (LUBETZKY, 2001).

O direcionamento de Lubetzky à Biblioteconomia foi feito por Sydney Mitchell, a quem Lubetzky atribuía seu sucesso. Pouco depois, em 1939, ele publicou o seu primeiro artigo intitulado *Crisis in the Catalog*, no qual Lubetzky examina argumentos e provas favoráveis aos catálogos dicionários e classificados (sistemáticos), de modo analítico, racional e científico, qualidades que permaneceriam na sua escrita por mais de meio século (LUBETZKY, 2001, p. 1).

Depois de alguns reveses e contratemplos decorrentes da II Guerra Mundial, em 1943, ele foi admitido como assistente especial na *Library of Congress* por Herman Henkle, diretor da *Library's Processing Department*. A partir daí, seus estudos sobre Catalogação foram intensificados. Em 1946, Henkle publicou um relatório intitulado *Studies of descriptive*

⁸ Segundo Svenonius e McGarry, Lubetzky nasceu em Zelwa, pequena cidade que pertenceu à Rússia, posteriormente à Polônia e, nos dias atuais, a Belarus (LUBETZKY, 2001, p. xi).

⁹ Segundo Svenonius e McGarry (2001), a carreira de professor não se efetivou em parte devido ao preconceito contra os judeus e também porque naquele momento era difícil encontrar emprego por causa da recessão econômica.

cataloging, no qual Lubetzky participou decisivamente, embora seu nome só apareça no apêndice E: *Analysis of current descriptive cataloging practice*. O apêndice contém aspectos negativos da 'catalogação descritiva', termo usado por Lubetzky para contrapor à catalogação de assunto (LUBETZKY, 2001, p. 326). Ele constatou que as regras de catalogação eram desprovidas de fundamentos e precisavam ser avaliadas de modo inteligente, pois reduziam a eficiência do processo (LUBETZKY, 2001, p. 50). Ao concluir, assinala que as fichas de catálogos são inapropriadas: no **conteúdo**, apresentam muitas repetições, são limitadas na aplicação universal e possuem dados complexos que poderiam ser simplificados; na **organização**, os elementos da ficha são inter-relacionados de forma subjacente ou deficiente; e no **objetivo**, são voltadas mais para a descrição de página de rosto do que para os livros.

Em 1951, Lubetzky foi designado para a tarefa de examinar as regras de entradas¹⁰ da segunda edição do Código da ALA de 1949 (*A.L.A. Cataloging rules for author and title entries*). Apoiado nos aportes teóricos de Panizzi, de Jewett e de Cutter, Lubetzky (2001, p. 76) analisou cada regra de forma criativa e racional, o que deu à Catalogação um modelo perene para revisão de regras, esclarecendo o que se entende por teoria da Catalogação.

Em 1953, Lubetzky produziu um texto marcante intitulado *Cataloging rules and principles*, composto por quatro seções, sendo a primeira a mais emblemática quanto ao que nos interessa: *Is this rule necessary?* "Nesta obra importante, Lubetzky fundamenta o trabalho de catalogação sobre 'princípios' ou 'condições', mais do que sobre 'casos'." (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 103, tradução nossa). Para ele, o princípio deve indicar a origem, fonte ou base de uma determinada ação (LUBETZKY, 2001, p. 256).

Gorman (2000, p. 8) identifica a origem dessa regra metodológica na Navalha de Occam, que, nos termos da Filosofia, se refere às totalidades finitas em que "[...] a melhor ordem é a que produz o resultado máximo com o esforço mínimo, de tal modo que mesmo a lei do menor esforço foi entendida, na história da Filosofia, como 'princípio da E.' [i.e.,

¹⁰ "Entrada, o registro de um livro no catálogo com o título e a imprensa." (CUTTER, 1876, p. 14, tradução nossa). Nos catálogos em fichas, a entrada se refere a cada uma das fichas de que o catálogo é composto, as quais incorporam informação necessária à identificação de um documento.

economia] [...]" (ABBAGNANO, 2007, p. 298). Tal princípio foi formulado inicialmente pelo frade franciscano inglês William de Occam no século XIV, decorrendo daí o termo Navalha de Occam, cujo lema é “as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade”, e entidades devem ser entendidas como “[...] todo objeto cujo *status* existencial possa ser definido [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 334).

Ao aplicar a Navalha de Occam em Catalogação, Lubetzky notou que as regras de catalogação devem ater-se às premissas estritamente necessárias à aplicação do processo, eliminando aquilo que não interessa. Em sua análise, relatam Svenonius & McGarry, Lubetzky (2001) perguntava-se: “[...] A regra é parte de uma regra maior já presente no código? Se for o caso, é redundante e deve ser eliminada. Ela é consistente com outras regras? Se não, ela deve ser eliminada ou revisada.” (LUBETZKY, 2001, p. 76, tradução nossa).

Com tais questionamentos, ele pôde presumir que algumas regras foram concebidas a partir de circunstâncias específicas, o que levou ao grande número de regras e à sua redundância (LUBETZKY, 2001, p. 86). Às vezes, é possível identificar algum princípio subjacente em diferentes regras que, se reunidas, seriam reduzidas consideravelmente. Por exemplo, a regra 3E do Código da ALA (BEETLE, 1949, p. 5), que trata de narrativas contadas de uma pessoa para outra que então as publica (repórter, espírito etc.), apresenta familiaridade com as regras 4B(2) (3) e 11, que se referem a entrevistas, conversas e escritos mediúnicos respectivamente.

Todas elas envolvem um princípio importante, mas não reconhecido, que exige que a entrada da comunicação de uma pessoa que relata outra pessoa deve ser feita sob quem a comunicou e não sob quem a relatou. Todos os casos são meras ilustrações deste princípio. (LUBETZKY, 2001, p. 86, tradução nossa).

Por isso, Lubetzky (2001, p. 89, tradução nossa) questionava: “se regras especiais são necessárias para correspondências como distintas de outros escritos, por que não haver também para diários, notas, lembranças, reflexões, endereços, ensaios, leituras e outras formas de fala e de escrita?”. Ele não era contrário a regras especiais, mas entendia que elas

deveriam ser fundamentadas em princípios orientadores, não em algum tipo especial de obra.

Há outros casos que não convém enumerarmos, mas, em termos gerais, Lubetzky mostrou que o Código da ALA (BEETLE, 1949) apresentava regras: redundantes, duplicadas, desprovidas de princípios, direcionadas ao mesmo tipo de obra, que tentam prever casos não efetivados etc. Esse é o ponto central da discussão: devido à falta de princípios norteadores, algumas regras são inúteis, já que provocam contradições entre si. Nesses termos, já se afirmava em 1936 que as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano, presumivelmente o Código da ALA de 1908¹¹, eram uma “[...] enciclopédia de distinções pedantes e orientações específicas para cada capricho possível.” (PETTEE, 1985, p. 87, tradução nossa)¹².

A análise de Lubetzky em *“Cataloging rules and principles”* foi acolhida pela comunidade catalogadora, a ponto de se constituir, em 1954, um Comitê de Revisão do Código de Catalogação da ALA (BEETLE, 1949) composto por ingleses, estadunidenses e canadenses, com o objetivo de elaborar um código que considerasse as ideias de Lubetzky. O Comitê foi presidido pelo próprio Lubetzky a partir de 1956. Foi um momento promissor sem precedentes, sustenta Gorman (2000), pois pareceu o início de uma nova era de discussão rumo a regras de catalogação fundamentadas em princípios.

Em 1960, no artigo intitulado *“Fundamentals of cataloging”*, Lubetzky (2001) apresenta as questões fundamentais que deveriam ser observadas quando se realiza a revisão de códigos de catalogação. Ele ressaltava que regras devem considerar a distinção obra-livro, no sentido em que livros, manuscritos, registros sonoros etc. são representações de obra, não ela própria, que se apresentam na biblioteca em várias edições, traduções, suportes documentais, inclusive sob variadas titulações: “a existência e as vicissitudes da

¹¹ Em 1936, havia duas versões de Código de Catalogação Anglo-Americano publicadas em 1908: a estadunidense, publicada pela *American Library Association* intitulada *“Catalog rules: author and title entries”* (primeira edição do Código da ALA de 1908); e a britânica, publicada pela *Library Association* intitulada *“Cataloguing rules: author and title entries”*.

¹² Essa autora constata que “o bibliotecário é um estudioso erudito que conhece e ama seus livros, que está interessado em adquiri-los e solícito em guardá-los, mas catálogos não parecem preocupá-lo.” (PETTEE, 1985, p. 79, tradução nossa).

obra não estão confinadas a um *livro* específico, o qual de fato é só *uma edição específica* ou representação da obra que incorpora” (LUBETZKY, 2001, p. 270, tradução nossa).

Quanto às questões fundamentais propostas por Lubetzky para a revisão de códigos de catalogação, temos: natureza material, escolha de objetivos, escolha do método, escolha da forma, escolha de nome de autor e de título e entrada de nome de autor e de título.

A **natureza material** refere-se aos livros, aos registros fonográficos ou a outros materiais usados como meios em que a obra de um autor, produto da mente ou de habilidades, é apresentada. Nessa perspectiva, o material e a obra não devem ser tratados da mesma forma. Essa simples e básica distinção está obscura nas regras de catalogação, segundo Lubetzky (2001, p. 199-200), pois os termos ‘livro’ e ‘obra’ são mencionados nas regras como sinônimos. Por vezes, a regra se refere ao material à mão e, em outras, ela se refere à obra representada pelo material.

A distinção entre obra e documento em Catalogação leva-nos a outra questão fundamental do processo: **escolha de objetivos**. O catálogo deve ser um registro dos documentos da biblioteca, das obras que eles representam, ou as duas coisas? Se optarmos pelo primeiro, reduziríamos a catalogação a um processo relativamente simples e pouco custoso que levaria a falhas e descaminhos daqueles que dela se beneficiam, pois as características individuais do documento dificultariam o seu agrupamento no catálogo. “[...] um catálogo de *livros* ao invés de *obra* ignoraria o fato importante de que o livro normalmente é adquirido pela biblioteca e solicitado por seus leitores por causa da obra que representa.” (LUBETZKY, 2001, p. 200, tradução nossa, grifo do autor). A revisão de códigos de catalogação deve considerar tanto a obra quanto o livro, segundo Lubetzky (2001, p. 200, tradução nossa), que assim enuncia os objetivos: “(1) facilitar a localização de uma publicação específica e (2) relacionar e reunir as edições de uma obra e as obras de um autor”.

Nesse contexto, o livro de que trata Lubetzky é visto como meio primordial de transmissão do conhecimento, “[...] Memória materializada da Humanidade, que no dia a dia, registram os fatos, as ideias, as ações, os sentimentos, os sonhos, sejam quais forem, que impressionam o espírito humano” (OTLET, 1934, p. 43, tradução nossa). Nessa direção, entendemos que o livro referido por Lubetzky corresponde ao documento nos termos

PontodeAcesso, Salvador, v.7, n.3 ,p. 101-113, dez 2013

www.pontodeacesso.ici.ufba.br

tratados por Otlet, que é a linha mestre da noção de documento na Documentação: informação fixada em suporte que objetiva o conhecimento.

À adoção de objetivos procede-se a **escolha do método** de representar o documento ou representar a obra. A representação do documento é feita de acordo com as informações contidas no documento como entidade bibliográfica isolada; se a representação da obra for escolhida, o documento é visto como publicação de uma obra de um autor determinado. Este é o método defendido por Lubetzky (2001, p. 201-202) ainda que a representação do documento fosse admissível em determinadas situações.

Em seguida, prossegue Lubetzky (2001, p. 202-203), há que se proceder a **escolha da forma** de representação da obra. No caso da obra, a representação em catálogos e em citações, normalmente, é feita pelo autor e título, ou somente pelo título nos casos em que a autoria for 'múltipla' (sem autor principal definido), 'mutável' (como em enciclopédias e outras obras de referências atualizadas constantemente, nas quais os autores podem ser alterados ou substituídos por razões diversas) ou 'desconhecida'. Se o próprio título apresentar variações ou for vago, a representação é feita pela forma em que a obra é mais conhecida.

Escolhida a forma, segue-se a **escolha de nome e de título**, ou seja, nos casos em que o nome do autor ou o título da obra apresentar variações, qual delas deve ser escolhida para representar a obra na forma definida no passo anterior? Nome verdadeiro, nome completo, nome com abreviações, nome mais conhecido?

Após a escolha do nome, relata Lubetzky (2001, p. 203-204), há que se definir a **entrada de nome e de título**, ou seja, de que maneira o nome do autor ou o título da obra devem ser redigidos? No caso de autores, o autor pessoal é redigido direta ou indiretamente por meio de sobrenomes? Como redigir nomes compostos, com prefixos ou estrangeiros? Autoria de entidade coletiva¹³ tem entrada direta pelo nome em que é mais conhecida e a

¹³ Em inglês *corporate body*, “[...] pessoa jurídica responsável pela edição ou publicação de um item/documento; autor coletivo, autor corporativo, autor institucional, autoria (entidade coletiva), entidade coletiva como autor, entrada coletiva. [...]” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 149).

mudança do nome da entidade coletiva dever ser tratada como mudança de identidade? (LUBETZKY, 2001, p. 212).

Até o início do século XX, na catalogação, o título era descrito sob uma palavra que servia de referência ou numa forma em que ele seria lembrado, mas tal prática foi eliminada na maioria dos códigos da época de Lubetzky (2001, p. 204). De forma geral, a orientação dos códigos é a de que o título da obra seja redigido na forma direta em que é mais conhecido. Todavia, formas invertidas de título sobreviviam furtivamente em algumas regras que orientavam certos casos como tratados legais: *Versailles, Treaty of*, por exemplo. Vale ainda citar que o problema das variações de nome de autor e de título de obra é resolvido por remissivas e por entradas secundárias.

Ao concluir, Lubetzky (2001, p. 205) declara que esses são os fundamentos sobre os quais a revisão de códigos de catalogação deve seguir. Nenhum deles, constata o estudioso, é inteiramente novo ou estranho à nossa prática, mas também nenhum deles é, de modo expreso, reconhecido ou consistentemente seguido.

3 POR UM CÓDIGO À LUBETZKY

As contribuições de Lubetzky foram reconhecidas e debatidas durante a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris (1961), especialmente nos pressupostos teóricos que simplificavam os objetivos propostos por Cutter e que salientavam a distinção livro-obra como aspecto fundamental em Catalogação.

Fiuza (1980, p. 11) afirma que o estudo de Lubetzky foi usado como base para as discussões da Conferência de Paris (1961), que levou à aprovação da “Declaração dos Princípios de Catalogação”, primeira normativa de catalogação colaborativa em nível internacional (ESTIVILL RIUS, 2012). Da Declaração dos Princípios de Catalogação, destacamos a parte relativa às funções que o catálogo da biblioteca deve desempenhar. O catálogo deve ser um instrumento eficiente para informar: 1) se a biblioteca possui um determinado livro especificado por autor e por título ou, se inadequados, por um substituto; 2) se as obras de

determinado autor e as edições de uma determinada obra existem na biblioteca (INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1963, p. 91-92).

A partir das ideias expressas por Lubetzky em "*Cataloging rules and principles*" (1953) e "*Fundamentals of cataloging*" (1960), o Comitê de Revisão do Código de Catalogação reuniu-se com a ideia de produzir um código baseado em princípios para, posteriormente, preocupar-se com custos (reais ou imaginários) de mudança (GORMAN, 2000, p. 10). Mas isso não se efetivou devido a pressões contra o Comitê exercidas pela *Library of Congress* e pela *Association of Research Libraries* porque elas consideravam que a implementação de certas medidas seria significativamente custosa.

É possível que tal situação possa ter contribuído para a renúncia de Lubetzky ao cargo de coordenador do Comitê. A partir daí, os trabalhos do Comitê, realizados sem a participação dele, levaram à elaboração da primeira edição do AACR em 1967. O esperado Código à Lubetzky falhou, ao menos devido a duas razões, segundo Gorman (2000, p. 11):

Primeira razão: o AACR caracterizou-se por regras baseadas em casos específicos, e pela não implementação de mudanças no catálogo em função dos custos, preocupação que, segundo Gorman (2000, p. 10), raramente inclui os custos de não mudanças em longo prazo.

A segunda razão relaciona-se ao estabelecimento do formato MARC, no qual se perdeu um momento ímpar para a elaboração de um formato baseado em princípios lubetzkianos, o que daria mais qualidade aos registros da base de dados, segundo Gorman (2000, p. 10).

Como editor do AACR2, Gorman (2000, p. 9) comenta que a distinção obra-livro foi observada, embora reconheça que tal distinção não está perfeitamente clara nas regras. De fato o AACR2 avançou de modo mais coerente quando comparado à primeira edição de 1967. Segundo Gorman (2000), tal avanço foi efetivado pela lógica analítica de Seymour Lubetzky (2000, p. 10), por isso, o editor afirma ter participado de uma revolução lubetzkiana.

Entendemos que tal revolução não nos parece ter ainda ocorrido plenamente no AACR2, em especial, na distinção obra-livro, pois seguiram-se à segunda edição três revisões

que não alteraram substancialmente e estruturalmente tal Código à Lubetzky: AACR2R de 1988, AACR2R de 1998 e AACR2R de 2002.

Nesse sentido, tais edições e versões foram incapazes de atingir de modo pleno os objetivos declarados na Conferência de Paris (1961), pois eles foram considerados de forma desigual, sendo o primeiro objetivo (facilitar a localização de uma publicação específica) o mais bem sucedido que o segundo (relacionar e reunir as edições de uma obra e as obras de um autor), conforme constata Wilson (1989). A obra era considerada nos casos em que o livro era publicado em volumes e nos casos em que obra e livro coincidem. Nesses termos, a catalogação foi influenciada pelas configurações do livro, por exemplo, pois o processo, notadamente após a Conferência de Paris, em 1961, voltou-se de modo primário para a representação do livro e secundariamente às obras nele contidas (WILSON, 1989, p. 8). Em geral, obras agrupadas e publicadas em documento único simplesmente não contam nem são catalogadas, embora seja possível encontrar exceções em algumas bases de dados. Desse modo, a omissão da catalogação de artigos, de capítulos de livros, de faixas musicais e de outras entradas analíticas não abrange todas as obras de um autor em base de dados.

4 POR QUE NÃO CATALOGAMOS À LUBETZKY?

Diante do exposto, colocamos a seguinte questão: Por que a Catalogação não seguiu o caminho apontado por Lubetzky? Parte da resposta está descrita acima quando nos referimos às influências das instituições bibliotecárias motivadas por razões financeiras de custos de mudança de catalogação. Yee (2000) discute três respostas plausíveis: (1) porque havia uma expectativa de se criar um recurso baseado em inteligência artificial capaz de catalogar sem a intervenção humana; (2) em âmbito de OPACs¹⁴, a insuficiência da estrutura de registro MARC adotada nos sistemas de gestão de bases de dados; e (3) a dificuldade de atualização dos catálogos de sistemas de catalogação cooperativa.

¹⁴ OPAC é acrônimo de *On-line Public Access Catalogue* (Catálogo *on-line* de acesso público).
PontodeAcesso, Salvador, v.7, n.3 ,p. 105-113, dez 2013
www.pontodeacesso.ici.ufba.br

Em (1), inteligência artificial, embora com avanços significativos, não é a resposta porque a máquina tem dificuldades em estabelecer relações complexas, as quais podem ser feitas pelo ser humano nos casos em que, por exemplo: uma mesma pessoa pode se apresentar sob nomes diferentes; uma mesma obra pode apresentar títulos diferentes; diferentes pessoas podem ter o mesmo nome; e diferentes obras podem ter o mesmo título. Além disso, o reconhecimento de um possível relacionamento pode provocar uma investigação que o confirme ou o negue (YEE, 2000, p. 97).

Em (2), há duas variáveis dependentes, porém desarticuladas, em OPACs: estrutura de registros e sistemas informáticos. A estruturação de registros em OPACs é feita mediante o formato MARC, o qual é insuficiente para garantir, por exemplo, a função de agrupamento de obras, pois não apresenta recursos para registro das mesmas em termos similares ao registro de autoridades, como no caso dos assuntos e de autores.

Desse modo, o registro relativo à obra no formato MARC é assinalado por uma citação que combina os elementos autor e título original da obra em dois procedimentos distintos instruídos pelo AACR2.

- | |
|---|
| <p>a) Obra identificada por dois campos
100 1_ \$aShakespeare, William, \$d1564-1616.
245 00 \$aMacbeth.</p> <p>b) Obra identificada por um campo
700 12 \$aShakespeare, William, \$d1564-1616. \$tMacbeth.</p> |
|---|

Exemplo de obra identificada por um e por dois campos em registro MARC21

Fonte: Yee (2000, p. 98)

- a) **nome de autor e título isolados:** são descritos como elementos separados em campos próprios – ponto de acesso principal e título (principal ou uniforme), que dispostos em sequência aludem a uma dada obra;
- b) **nome de autor e título são inscritos conjuntamente:** em ponto de acesso por ‘nome-título’ ou por ‘autor-título’ que combina os dois elementos em um cabeçalho inscritos num mesmo campo, ou nos termos do AACR2, “entrada secundária que consiste no nome de uma pessoa ou entidade acrescido do

PontodeAcesso, Salvador, v.7, n.3 ,p. 106-113, dez 2013

www.pontodeacesso.ici.ufba.br

título do item.” (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2004, p. D-15).

Os dois procedimentos vinculam-se a propósitos diferentes. Em ‘a)’, o nome do autor e do título são pontos de acesso independentes que, uma vez dispostos em sequência, possibilitam o agrupamento de grande parte das obras de um dado autor. Em ‘b)’, nome de autor e título combinados é um ponto de acesso que assinala um registro bibliográfico de uma obra que é parte, comentário, crítica, avaliação, adaptação ou similares de outra obra. Dito de outro modo, ‘a)’ agrupa e ‘b)’ relaciona.

No formato MARC, os elementos de ‘a)’ são inscritos em campos próprios do registro bibliográfico, enquanto os elementos descritos conjuntamente de ‘b)’ referem-se a título uniforme ou a nome-título de registro de autoridade. Desse modo, a mesma obra pode ser representada de dois modos distintos, como mostramos na figura 1.

É nessa direção, pois, que ocorrem problemas de busca em sistemas de gestão de base de dados decorrentes da estruturação dos registros. No segundo caso, o catalogador combina os elementos referentes à obra, enquanto no primeiro, o usuário deve fazer esta inferência. Sendo assim, a situação ideal seria a de apenas uma estrutura para a representação da obra. Mantendo-se a estrutura do formato MARC como é hoje, a alternativa seria elaborar, via sistema, modos de apresentação do registro e índices de busca que eliminem essas diferenças de estruturas de registro.

Em geral, no entanto, o resultado de qualquer busca em OPAC não agrupa as obras plenamente. OPACs constituídos de registros MARC não oferecem ao usuário uma opção de busca por obras; em geral, os eles dispõem ao usuário opções de busca por título ou por nome de autor.

Em (3), os catálogos baseados em sistemas de catalogação cooperativa precisam manter seus custos baixos. Mas isso, segundo Yee (2000, p. 100), pode ter efeito contrário, porque o produto da catalogação cooperativa é um registro bibliográfico compartilhado pelos membros da rede cooperada, ligados entre si somente quando coincidem no cabeçalho inscrito em ponto de acesso. Registros de autoridade também são criados e

PontodeAcesso, Salvador, v.7, n.3 ,p. 107-113, dez 2013

www.pontodeacesso.ici.ufba.br

compartilhados na catalogação cooperativa, mas a atualização ou alteração desses registros não causa atualização automática nos registros bibliográficos a que se referem, nos diferentes catálogos da rede cooperada. Cabe a cada cooperado empreender o trabalho em seus termos, o que onera o processo, pois a manutenção de um catálogo é menos trabalhosa do que a de muitos catálogos. Diante do exposto, Yee (2000, p. 101, tradução nossa) retorna à questão de uma catalogação desestruturada ao afirmar que “[...] o problema é que a ênfase estava na criação de registros atomizados, e não na criação de um catálogo em que os registros fossem unidos pelas relações entre eles.”.

Quanto à questão “porque não catalogamos à Lubetzky”, as três respostas apresentadas anteriormente estão interligadas e não podem ser analisadas isoladamente: elas giram em torno de questões tecnológicas e de custos da catalogação. Todas apontam para o fato de que a catalogação carece de estruturação conceitual dos registros.

A RDA, herdeira do AACR2R de 2002, foi elaborada sob os fundamentos dos Modelos FRBR, FRAD e FRSAD e parece ser mais estruturada que o AACR2R de 2002, mas a própria estruturação proposta deve ser observada quanto à sua validade. De acordo com Oliver (2011, p. 1), a RDA “[...] consiste num conjunto de instruções práticas [...]” que, além de descrever recursos bibliográficos representados em produtos documentários tradicionais, foi projetada para abranger a catalogação em bases de dados *on-line* e, orientada a conteúdos, para responder ao que se deve representar e como representar.

A implementação da RDA tem suscitado algumas questões que ainda estão sem respostas claras, indica Copeland (2010, p. 14): Como vamos usá-la? Como será implementada em base de dados? Os fornecedores de sistemas de gestão de base de dados estão aptos a fornecer programas que considerem a RDA? Essas e outras questões serão respondidas à medida que as regras da RDA se efetivarem nas bases de dados, mas essas e outras questões podem e devem ser antecipadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos a oportunidade, lá atrás, de tornar a catalogação mais consistente em instrumentos como o AACR e o MARC. A abordagem racional e metodológica da catalogação proposta por Lubetzky opõe-se à catalogação empírica ou *ad hoc*. A abordagem de Lubetzky sustenta a catalogação de modo conceitual e tem validade fora do seu tempo de proposição. Devemos considerar que as regras existentes no período em que Lubetzky fez sua análise apresentavam menor nível de coerência e funcionalidade, todavia, sua questão permanece: “Esta regra é necessária?”.

A catalogação mediante os FRBR e a RDA afiança tal questão ou mantém a prática empírica? Ao que parece, a RDA mantém regras destituídas de fundamentação orientadora mais sólida, como é o caso do ponto de acesso representativo da obra que deve ser feito mediante a combinação de autor e título da obra, nos termos parecidos com a entrada por nome-título do AACR2. Entendemos esta regra como uma solução inadequada porque há obras criadas por dois ou mais autores que não serão contemplados.

De resto, podemos afirmar que, se prescindirmos dos caminhos assinalados por Lubetzky para a elaboração de regras de catalogação, talvez necessitemos de muitas revisões, e continuará sendo assim até o momento em que tenhamos princípios orientadores mais precisos.

Fatores econômicos e de tempo da catalogação têm sido evocados há muito tempo para restringir a adoção de melhorias para o processo de catalogação. No século XIX, o custo de produção do Catálogo da Biblioteca do Museu Britânico foi um dos motivos pelos quais Panizzi foi investigado; a ideia de Jewett (contemporâneo do Panizzi) de o livro ser catalogado uma única vez estava apoiada na redução de custos através do uso de placas estereotipadas que facilitariam a elaboração de catálogos coletivos; Por volta de 1868, Cutter envolveu-se em muitas questões administrativas, especialmente as que se referiam a

PontodeAcesso, Salvador, v.7, n.3 ,p. 109-113, dez 2013

www.pontodeacesso.ici.ufba.br

finanças, parte delas referente à catalogação; os custos limitaram o estabelecimento de um código à Lubetzky, como vimos anteriormente; e, recentemente, no final do século XX, um dos apoios sob os quais os FRBR foram estabelecidos refere-se à necessidade de se reduzir os custos da catalogação, mediante simplificação dos conteúdos bibliográficos dos registros, redução de duplicidade de registros e aumento do compartilhamento dos registros em nível nacional e internacional.

Contudo, entendemos que os recentes avanços tecnológicos podem contribuir para a redução do tempo e do custo da catalogação de modo substancial, desde que baseadas em uma catalogação fundamentada em princípios. Inicialmente bastaria seguir a atitude de Lubetzky: examinar argumentos favoráveis ou contra a catalogação mediante os FRBR e a RDA, questionando-os regra a regra, conceito a conceito, com atitude crítica, racional e metodológica.

REFERÊNCIAS

BEETLE, Clara (Ed.) **A. L. A. CATALOGING rules for author and title entries**. Prepared by the Division of Cataloging and Classification of the American Library Association. 2nd. ed. Chicago: America Library Association, 1949. Versão digitalizada. Disponível em: <<https://archive.org/details/alacatalogingrul007642mbp>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COPELAND, Jud H. RDA and FRBR: A brave new world in Cataloging, a guide to understanding the fundamental changes in cataloging. **Ark. libr.**, v. 67, n. 2, p. 14-19, Summer 2010.

CUTTER, Charles A. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington: Govt. print, off., 1876. Versão digitalizada a partir do original da Cornell University Library. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/cu31924029518978#page/n253/mode/2up>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: B. de Lemos, 2008.

ESTIVILL RIUS, Assumpció. Momentos estelares de la catalogación en el cincuentenario de los Principios de París. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, n. 28, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/bid/28/estivill2.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

FIUZA, Marysia Malheiros. **Estudo das funções do catálogo da Biblioteca Central do SESC**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

FRÍAS MONTOYA, José Antonio. **La descripción bibliográfica y sus puntos de acceso en el catálogo de la biblioteca**: evolución histórica y problemática actual, volumen II. 1995. Tese (Doutorado) – Departamento de Filología Española IV, Facultad de Filología, Madrid, 1995. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, [1996].

GORMAN, Michael. Seymour Lubetzky uomo di principi. **Biblioteche Oggi**, n. 6, p. 6-11, luglio-ag. 2000. Discorso tenuto al Seymour Lubetzky 100th Birthday Symposium, 18 aprile 1998, University of California, Los Angeles. Traduzione di Agnese Galeffi.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON CATALOGUING PRINCIPLES, 1961, Paris. **Report**. London: Clive Bingley : IFLA, c1963.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR). **Requisitos Funcionales de los Datos de Autoridad (FRAD)**: Un modelo conceptual. [Madrid]: Biblioteca Nacional de España, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional Requirements For Bibliographic Records**: final report. [München]: K. G. Saur : IFLA, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**: a conceptual model. Editors: Marcia Lei Zeng, Maja Žumer, Athena Salaba. [S.l.]: IFLA, 2010. Approved by the Standing Committee of the IFLA Section on Classification and Indexing.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed., rev. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION et al. **RDA**: resource description & access. Chicago: American Library Association, 2011.

LUBETZKY, Seymour. **Writings on the classical art of cataloging**. Compiled and edited by Elaine Svenonius, Dorothy McGarry. Englewoog: Libraries Unlimited, 2001.

MARC 21. Tradução e adaptação Margarida M. Ferreira. 2. ed. Marília: Unesp, 2002.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: B. de Lemos, 2011.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PETTEE, Julia. The development of authorship entry and the formulation of authorship rules as found in the Anglo-American code. In: CARPENTER, Michael;

SVENONIUS, Elaine (Ed.). **Foundations of cataloging**: a sourcebook. Littleton: [s.n.], 1985. p. 75-89.

SHINEBOURNE, J. A. A critique of AACR2, **Libri**, v. 29, n. 1, p. 231-259, 1979.

WEIHS, Jean; HOWARTH, Lynne C. Uniform titles from AACR to RDA. **Cat. classif. q.**, v. 46, n. 4, p. 362-384, 2008.

WILSON, Patrick. The second objective. In: Svenonius, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989. p. 5-16.

YEE, Martha M. Lubetzky's work principle. In: MAXWELL, Robert L.; CONNELL, Tschera H. **The Future of Cataloging**: Insights from the Lubetzky Symposium. Chicago: American Library Association, 2000. cap. 7, p. 72-104.